



GT 05 – FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

AS CONDIÇÕES OBJETIVAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO DO PROFESSOR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA CIDADE DE GOIÂNIA

Paulo Roberto Veloso Ventura¹
Wilmont de Moura Martins²
Rodrigo Roncato Marques Anes³
Júlio Cesar Apolinário Maia⁴
Luizmar Vieira da Silva Júnior⁵

Palavras-chave: Trabalho do professor. Intervenção profissional. Formação. Educação Física.

Introdução

Diversos marcos históricos, a partir da última década do Século XX inspiram esta investigação, tendo em vista os vácuos que ainda precisam ser melhor explicados no contexto desta temática. As relações sociais no interior do trabalho capitalista tem sido foco de muitas investigações em diversas áreas do conhecimento, nem tanto na Educação Física.

Algumas dessas pesquisas apontam as dificuldades que nossos profissionais encontram para intervir nos espaços de trabalho, mas poucas delas tratam dessa realidade em nosso Estado. Por isso, nos motivamos a pesquisar como os profissionais de Educação Física tem se inserido no mundo do trabalho, tanto nos campos escolares, quanto nos não escolares, buscando investigar professores licenciados, bacharéis, estagiários, tecnólogos e provisionados.

Assim, pretende-se focar o tema da intervenção profissional na relação com o mundo do trabalho que, no campo do conhecimento da Educação Física tem sido tratada sempre na relação com a formação profissional.

Iniciamos a fundamentação de nosso diálogo com a literatura, a partir de Taffarel e Santos Júnior (2010, p. 14), os quais argumentam que:

Vivemos em uma conjuntura onde as forças produtivas deixaram de crescer e onde a classe trabalhadora está sendo aviltada em seus direitos historicamente conquistados. Nesta conjuntura os cursos de formação, em geral, e os de formação de professores, em especial,

¹ Universidade Estadual de Goiás-ESEFFEGO. Email: paulo.pinta@gmail.com.

² Universidade Estadual de Goiás-ESEFFEGO.

³ Universidade Estadual de Goiás-ESEFFEGO.

⁴ Universidade Estadual de Goiás-ESEFFEGO.

⁵ Universidade Federal de Jataí – PPGE.

são impelidos a um processo de reordenamento visando a devida adequação e ajuste necessários à manutenção e sobrevivência do modo de o capital organizar a vida.

No entanto, quanto mais difícil esta realidade, mais tensionamentos causa entre os polos adversos que fazem parte do contexto da formação profissional, ou seja, ao mesmo tempo em que temos projetos curriculares que atendem à demanda protagonizada pela sociedade capitalista, também se fazem presentes no processo de formação, propostas que defendem o enfrentamento aos abusos mercantilistas de exploração do trabalhador em Educação Física.

376

Um dos desafios para se propiciar uma formação crítica ao modelo vigente para se contrapor aos desmandos emanados exige apontar outras possibilidades, como materializar no movimento curricular, a formação humana. Taffarel e Santos Júnior (2010, p. 17) asseveram:

O homem não nasce humano, torna-se humano. Não o faz sem suas atividades e relações com os demais seres humanos, com o entorno, com a natureza, sem desenvolver seus meios de produção, sem reproduzi-los, sem reproduzir a própria vida.

Entretanto, as relações de uns com os outros, que envolve a natureza e o próprio sujeito é histórica, e seu movimento se consolida pela exploração do trabalhador por outro ser humano, ou seja, são seres humanos sobrevivendo da exploração de outros, mais especificamente, do trabalho desses outros. Lessa e Tonet (2011, p. 11) nos questionam: “É admissível, hoje, de qualquer ponto de vista, que alguém viva do trabalho alheio? É justificável, hoje, a exploração do homem pelo homem”? Os autores dizem que este é o dilema atual, pois a resposta define o futuro de homens e mulheres, portanto, da humanidade. Insistimos nesta questão, reiteramos esse condicionamento nas pesquisas deste grupo, até porque não tem havido melhores relações sociais para o trabalhador e, pior fica a cada dia, como estamos assistindo o desmonte do atual e do futuro governos, sobre os direitos dos trabalhadores, tornados cada vez mais uma mera mercadoria no contexto do atual modo de produção.

Por isso, pensarmos em uma formação profissional humana é pensar na luta política, que no contexto aqui tratado se dá pela luta de classes, ou seja, a formação que se faz necessária deve materializar aos sujeitos uma leitura crítica de mundo, de vida, da educação e da educação física, contextos e áreas que compõe a centralidade da intervenção do professor de Educação Física e, deste projeto.

Nessa perspectiva, deve-se levar em conta a relação da formação com o mundo do trabalho; nesta pesquisa, destaque para o trabalho do docente de Educação Física. Várias são as nuances desta relação estranhada, muitas vezes atribuindo-se à formação de professores um dos fatores que

marcam esta contradição. Oliveira, Assis e Alves (2012, p. 47) apontam que no âmbito do trabalho docente,

Se por um lado os sistemas de ensino buscam ampliar o acesso à educação básica como direito, estruturando melhor a oferta e implementando programas e ações para um acesso mais qualificado, por outro persistem os problemas da formação inadequada e da ausência de planos de carreira ou da sua pouca efetivação na valorização docente.

No caso da Educação Física, ao tratar sobre os espaços de intervenção profissional deve-se levar em conta a clara divisão hoje entre campos escolares e campos não escolares (academias, clínicas, hospitais, clubes recreativos e esportivos, etc.) e, no caso das academias há uma oferta em crescimento, já que os dados nos apontam como o segundo país no mundo com o maior número de academias de ginástica e outras práticas corporais. No entanto, o trabalho dos profissionais não aponta diferenças, para além das aparências, na relação com a escola, nas suas condições de intervenção; esta questão, mantida por mitos está nas buscas que nos propomos fazer.

A ingerência do Conselho Federal de Educação Física –CONFEF, que construiu um percurso histórico de políticas equivocadas ou mal intencionadas culminou em 2014 com uma decisão anticonstitucional do Superior Tribunal de Justiça –STJ (FURTADO et al. 2016) que proíbe o licenciado de intervir nos campos não escolares; toda esta intervenção “vesga” tem como uma de suas alavancas as DCNs para as licenciaturas (Res. CNE 02/2015) que não permite ao bacharel atuar no âmbito escolar.

O contexto está marcado por uma arena de disputa no processo de elaboração das diretrizes curriculares da Educação Física, debate que tem marco inicial em 2004, quando foram aprovadas as atuais diretrizes (Res. CNE 07/2004), a partir de que setores mais críticos da área se indignaram com aquilo que os protagonistas da decisão chamaram de “acordo possível”, sob a alegação que a correlação de forças não seria favorável para avanços mais significativos.

Scherer (2005) aponta que desde os anos de 1980 o campo de intervenção da Educação Física se ampliou fortemente determinado por uma visão de rendimento, em que o desenvolvimento profissional se vinculou ainda mais à individualidade e funcionalidade atreladas à estética corporal inculcada pela sociedade capitalista.

Metodologia

Com sustentação em referenciais teórico-críticos, a análise da relação formação/intervenção profissional terá ênfase a partir de dados empíricos sobre a intervenção profissional, a partir de uma investigação nos diversos campos de trabalho onde se inserem os professores/profissionais de

Educação Física e, na análise de PPC dos cursos que formaram os sujeitos participantes.

Neste enalço nossa opção é para uma pesquisa Crítico Dialética, que segundo Ventura et al. (2015, p. 05),

[...] como lembra Frigotto (2010), ao ter a dialética como postura de discussão e como método de investigação nos remete, concomitantemente, a abordar um tema complexo cuja amplitude e profundidade têm relevância, exige consistência teórica nas dimensões política e ideológica do conhecimento científico, ao mesmo tempo em que nos impele riscos, como o de tratar o movimento do objeto pelas suas margens.

Definimos esta investigação na tipologia por objetivos, como compreensiva, que segundo Souza e Magalhães (2013) sugere compreender a realidade e o desenvolvimento de ações orientadas a apreender a totalidade e o que a constitui. Na tipologia pelo delineamento, este projeto protagoniza que teremos a combinação de uma pesquisa bibliográfica com uma pesquisa não experimental (chamada também de pesquisa de campo), na qual se inclui a análise de documentos (TCCs de graduação e outros que se tornarem necessários).

As pesquisas bibliográficas se utilizam de fontes secundárias que, no entanto, exigem um reconhecimento da comunidade científica. Trata-se de lidar com um acúmulo de conhecimentos colocados ao uso público, chamado também de Estado da Arte de um determinado campo de conhecimento (VENTURA et al., 2015). Importante lembrar que pesquisa bibliográfica não é a mesma coisa de revisão bibliográfica (ou revisão de literatura).

Considerações finais

No momento da submissão deste trabalho, o grupo está iniciando a pesquisa empírica nos diversos espaços de intervenção do professor profissional de Educação Física, em Goiânia. Diferente do que temos feito, buscamos a experiência de trabalhar inicialmente apenas com uma revisão bibliográfica que oriente a busca do movimento do objeto, levando em conta o acúmulo teórico que o grupo ganhou em outras pesquisas.

A expectativa é que, com o surgimento das categorias de análise, aprofundemos os estudos teóricos para dar conta da apresentação sistematizada da produção, o que materializa um caminho diferente do que temos feito historicamente, sempre aprofundando o referencial teórico das categorias fundantes do marco teórico materialista histórico, o que foi determinante para este grupo de pesquisa fortalecer a consistência teórica de nossos componentes, facilitando de certa forma sua inserção nos programas de pós-graduação stricto sensu.

Referências

FURTADO, Roberto P.et al. Instabilidade jurídica e outras determinações: o CNEe as novas DCNs para a Educação Física. **Rev.Pensar a Prática**. n. 4, v. 19. Goiânia, 2016.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira de; ASSIS, Lúcia Maria de; ALVES, Nancy Nonato de Lima. Política educacional, organização e trabalho docente em Goiás. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho docente na educação básica em Goiás**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHERER, Alexandre. Educação Física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos? In: CBCE -GTT FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Org.). **Formação profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho**. Vitória: Salesiana, 2005.

SOUZA, Ruth Catarina C. R. e MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Implicações da opção metodológica pelo materialismo histórico-dialético na produção acadêmica do Centro-Oeste/Brasil. **Inter/Ação**. Goiânia, v. 38, n. 1, p. 145-166, jan./abr. 2013.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke e SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Formação humana e formação de professores de educação física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. In: TERRA, Dinah Vasconcellos e SOUZA JÚNIOR, Marcílio (Orgs.). **Formação em Educação Física & ciências do esporte –políticas e cotidiano**. São Paulo: Hucitec, 2010.

VENTURA, Paulo Roberto V.et al. **Metodologia da Investigação Científica – um olhar a partir de pesquisadores da Educação física**. (Texto Didático). Goiânia,2015.